

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2016:** *Aos dez dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Dar duas ou três informações. Uma, de cariz predominantemente político mas que julgo que é importante transmitir aos senhores vereadores, que tem a ver com a adesão de Espinho à Associação de Terras de Santa Maria. O Município Espinho pediu para integrar a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, o que foi decidido e aprovado por unanimidade na última reunião da Associação de Municípios e foi também aprovado por unanimidade em reunião de Câmara e Assembleia Municipal do Município de Espinho. Segunda nota, tem a ver com um evento que se realizou no passado fim-de-semana e em que eu tive a oportunidade de estar presente. Não queria aqui deixar de fazer uma referência positiva pelo envolvimento, pela organização e pela mobilização, que foi o Festival de Patinagem Artística organizada pelo Clube Desportivo de Cucujães, no pavilhão de Cucujães, que estava completamente cheio e se a memória não me atrainha estiveram 15 grupos de vários pontos do País. Para virem tantos grupos de tão longe é porque efetivamente a organização é reconhecida. Não podia deixar de fazer esta referência na reunião de Câmara, ao envolvimento e ao trabalho que o Clube Desportivo de Cucujães tem feito na promoção da patinagem artística. Terceira nota, já distinguimos localmente o nosso conterrâneo Abílio Valente na última assembleia municipal por ter sido medalhado nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e ontem foi a vez do Senhor Presidente da República. Eu não sei*

ainda concretamente qual é que foi a distinção do Senhor Presidente da República, mas deve ter sido o Grau de Comendador. Essa foi uma cerimónia que ocorreu ontem. Mais duas informações: uma, que se prende com as contas do Europeu de Hóquei em Patins e da Volta a Portugal e que assumi o compromisso de trazer na próxima reunião. Ontem mesmo a Associação de Patinagem de Aveiro entregou o documento final naquilo que lhes diz respeito e não tivemos a hipótese de trazer hoje essa informação e, portanto, na próxima reunião de câmara devemos trazer cá esses dois pontos. Uma última informação para um encontro informal, relativamente à ULS, que ocorreu com os Presidentes de Câmara. Mostramos a nossa vontade, eu não queria dizer preocupação, em poder participar na construção da solução, se for esse o caminho, e não sermos confrontados com uma solução consumada. Fizemos saber isso ao Senhor Presidente da ARS e ao Senhor Secretário de Estado da Saúde. Obtivemos esse compromisso da construção da solução passar pelo envolvimento também dos senhores autarcas e, portanto, neste caso concreto, vai desde Castelo de Paiva até Ovar, portanto, Arouca, Vale de Cambra, Castelo de Paiva, todos os municípios do EDV, aqui com a exceção de Espinho, e com a inclusão de Ovar também neste processo. O grupo de trabalho foi criado e como sabem não está nenhum representante das autarquias locais no grupo de trabalho e nós fizemos questão de manifestar isso à tutela. O projeto é demasiado ambicioso, estamos a falar de juntar a rede de Cuidados de Saúde Primários com o funcionamento dos Hospitais. Portanto, há aqui um envolvimento muito grande, que a concretizar-se será a maior ULS do País (Unidade Local de Saúde). Também num contacto informal, ainda relativamente à Saúde, o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga comprometeu-se, até ao final deste mês de novembro, a apresentar ao Município de Oliveira de Azeméis um plano, a médio e longo prazo, para o Hospital de Oliveira de Azeméis, naquilo que são novas valências, naquilo que são as futuras intervenções físicas e também de renovação e recuperação de algum material que está neste momento no Hospital S. Migue, integrando o Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: São questões muito breves. Uma delas, não sei se o Dr. Ricardo estará na posse de elementos que nós possa facultar sobre a questão do portão em Santiago de Riba-Ul. Outra questão, não sei se o professor Isidro Figueiredo terá possibilidade de informar quando é que teremos a possibilidade de agendar uma reunião, ou o Senhor Presidente, para debater e para analisar o relatório que foi aprovado, uma vez que será um documento que terá interesse de analisar e debater no executivo. Um aspeto, relacionado com o acompanhamento por parte do Gabinete de Arqueologia e Geologia em intervenções nas zonas protegidas do PDM, em termos de património. Portanto, saber se há algum relatório, uma vez que tem havido várias intervenções da Indaqua em zonas que são protegidas pelo PDM. Saber se há relatórios de acompanhamento destas ações, porque estamos muitas das vezes a mexer em zonas que têm alguma sensibilidade em termos patrimoniais. Sabemos bem que estes processos muitas vezes burocráticos também não facilitam as intervenções porque se houver uma rotura numa conduta é evidente que a intervenção deve ser feita o mais rápido possível. Sabemos que

há uma intervenção na Igreja Matriz que é um monumento que está enquadrado na área protegida da parte histórica da cidade. Portanto, saber se de facto existe reporte escrito, reporte de acompanhamento técnico que possamos ter conhecimento. Um outro aspeto, tem a ver com uma situação que desconhecia, pelo menos nos moldes em que foi colocado ontem, no debate na rádio sobre a preservação de espaços públicos. Foi dito pelo Secretário do Senhor Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão Política, o Senhor José Oliveira, que a ERSUC era uma entidade que tinha, em relação à recolha de resíduos, um comportamento que não era muito adequado a uma empresa que tem essa responsabilidade. Eu gostaria de saber quais são ou quais foram as diligências que foram feitas pelo Município no sentido de procurar que esta empresa tenha uma relação com os municípios, neste caso Oliveira de Azeméis, adequada àquela que é a função dela, ou seja, a recolha de resíduos correta, ter recipientes de forma correta. Saber que diligências é que temos feito e o que é que nós podemos fazer para que este serviço seja melhorado, porque não faz sentido nós queixarmo-nos se não houver uma ação no nosso território no sentido de ser melhorado. Saber se existem estas diligências e se não existirem, que diligências é que podemos fazer, no sentido de que a recolha seja eficaz. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que fez a seguinte intervenção: Referir a abertura da exposição que está patente ao público na Biblioteca Municipal, no âmbito do acordo de parceria com a Fundação Serralves. Esta exposição é constituída por um conjunto de livros de autor. Além da exposição, também temos formação a professores e a técnicos sobre a exposição e também uma oficina para famílias. Portanto, é trazer a arte o mais próximo possível da nossa população oliveirense. O dia 28 de outubro, Dia Mundial da Terceira Idade, foi um dia dedicado à sensibilização da comunidade para os mais velhos, para as pessoas mais velhas, no sentido de evitar o abandono pelas suas famílias em Lares e Centros de Dia. Sensibilizar para a questão do grande contributo e da importância que tem o conhecimento também destas pessoas e da mais-valia que é para a comunidade e, nesse sentido, realizou-se uma tarde de talentos com mais de 65 no Cine Teatro Caracas, em que o nosso Conselho Municipal Sénior, constituído pelos representantes das diversas freguesias, designou uma pessoa ou um conjunto de pessoas para trazerem o seu talento ao palco, desde a música, ao teatro e à poesia. E nunca é demais mostrar que estas pessoas continuam a ter valor e que devemos ter também muita gratidão e reconhecimento pelo trabalho que ainda hoje fazem na ajuda aos seus netos e aos seus familiares mais diretos. Nesse dia também foi o momento alto da “Onda Rosa”, uma campanha levada a cabo pela Liga Portuguesa Contra o Cancro, no sentido de sensibilizar as mulheres para a importância do rastreio do cancro da mama. Tivemos connosco um representante da Liga que sensibilizou os participantes nessa tarde. Depois fazer referência à XVII Edição do Prémio de Poesia Agostinho Gomes. Este ano tivemos um conjunto de trabalhos importantes. Foram admitidos 506 trabalhos, oriundos do Brasil, da Europa, da África e Japão. É um concurso que tem vindo a crescer, tem vindo a concretizar os seus objetivos. Este ano a premiada é oliveirense, da freguesia de Cucujães. É importante dizer que a nossa própria comunidade tem talento e neste caso é uma animadora da Misericórdia de

Cucujães. E nesta senda da cultura, da palavra e dos livros queria aqui também reconhecer uma artista que é da área da pintura e que também lançou um livro, Regina Affonso, que este ano comemora 27 anos do seu percurso artístico. A Galeria Tomás Costa acolheu, no passado sábado, a sua exposição “Antológica” que é uma retrospectiva desse percurso. Ao mesmo tempo e nesse dia também publicou e lançou o seu livro “Antologia”, que no fundo é retrospectiva da sua carreira artística desde que a iniciou até ao momento. Reconhecer o lançamento do livro da Dra. Carla Carvalho, “Sobre ti, o Amor” no Museu da Misericórdia do Porto. Reconhecer também esta faceta da Dra. Carla, uma vez que é uma técnica do serviço social, professora e presidente da Assembleia de Freguesia de S. Roque. Amanhã vamos ter no Cineteatro Caracas um concerto da Banda da Força Aérea numa evocação ao armistício da Grande Guerra. O dia é o aniversário do fim (simbólico) da Primeira Grande Guerra. Porquê? Porque simbolicamente a guerra terminou às 11 horas, do dia 11, do mês 11. Estas três simbologias constituem o armistício e nunca é demais lembrar, uma vez que as Guerras são sempre conflitos que trazem muitas consequências más e também algumas menos más no sentido da evolução tecnológica. É importante também, uma vez que estamos a comemorar o centenário deste conflito, marcarmos desta forma cultural este dia. Apesar de que também estamos a comemorar o centenário da nossa figura marcante a nível cultural, Ferreira de Castro, nesse dia teremos mais uma conferência, no âmbito do programa comemorativo, na Biblioteca Municipal, que vai ser dada pelo Dr. Ricardo Alves, Diretor do Museu Ferreira de Castro em Sintra, que também acompanha muito as atividades do município de Oliveira de Azeméis. Portanto, vamo-nos dividindo nestas ações culturais, que nunca são demais, para transmitirmos conhecimento e para divulgarmos e homenagearmos Ferreira de Castro. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Também associamo-nos à gala organizada pelo Clube Desportivo de Cucujães, uma modalidade que começa a dar passos importantes no nosso Concelho. É mais uma modalidade que se junta a outras que têm relevância, que têm importância não só num contexto nacional mas também internacional. Portanto, está de parabéns o Clube Desportivo de Cucujães e a sua direção por terem conseguido organizar uma gala com esta relevância e com esta abrangência. Saudar também a adesão do Município de Espinho à Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. É uma mais-valia dando uma dimensão Atlântica à Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. E, obviamente, temos mais um contributo para a criação de condições para que se discutam sinergias e que se valorize uma Unidade Territorial que tem de ser trabalhada, se partilhe conhecimento de gestão e pensamentos estratégicos. É muito importante que nós valorizemos o papel, não só o papel atual, que a Associação de Municípios Terras de Santa Maria já desempenha e que todos conhecemos, mas também num conjunto de respostas futuras que necessariamente passarão pelo reforço da intermunicipalidade. Nós estamos a falar de uma unidade territorial que mais cedo ou mais tarde vai afirmar-se não só do ponto de vista económico, mas vai ter de se afirmar de outra forma, vai ter que se organizar se quiser promover-se, afirmar-se, num contexto complexo como é o contexto da Área Metropolitana do

Porto. E, portanto, teremos de ter aqui um conjunto de municípios que, mais cedo ou mais tarde, vão ter de refletir sobre estratégias comuns e sendo municípios que integram a zona mais a sul da Área Metropolitana do Porto mais importância tem essa discussão. A questão da ULS, obviamente é uma questão que temos acompanhado, é uma reforma muito substancial no panorama da saúde da região e também do distrito, estamos a falar numa área de atuação de mais de mil quilómetros quadrados (1000 km²) num universo de destinatários / utentes diretos de 350.000, estamos a falar de cerca de metade da população do distrito, só para percebermos a importância desta ULS. Estamos a falar de uma resposta em termos de saúde muito importante. Todos achamos que o Hospital S. Miguel tem um papel importantíssimo a desempenhar, numa perspetiva de cuidados hospitalares e numa perspetiva de complementaridade com as respostas que existem em toda a área de atuação desta ULS. Portanto, aquilo que nós esperamos é que realmente o Hospital S. Miguel deixe de ser a sombra do que já foi no passado e passe a ter um conjunto de respostas que já teve no passado, novas respostas também, mas sobretudo cuidados de saúde que evitem que as pessoas corram riscos e que tenham despesas para terem acesso a cuidados de saúde que naturalmente podiam ser disponibilizados no nosso Hospital. Uma nota sobre questões ligadas ao trânsito, meras sugestões: gostaria de perceber se era possível equacionar / estudar se faz algum sentido nós alterarmos aquilo que hoje acontece em termos de trânsito proibido naquele troço em frente aos Correios, porque o trânsito é permitido para cargas e descargas e para moradores e isso prejudica muito os comerciantes locais, estou a falar da lavandaria, da drogaria e até para aceder aos dos próprios correios. Não sei até que ponto não fará sentido permitir a passagem de viaturas naquele pequeno troço. Na sequência da entrevista que o Dr. Ricardo Tavares deu na comunicação social, perceber se aquele risco contínuo de estacionamento em Santo António não deve desaparecer porque está lá o estacionamento criado. Aliás, a Câmara fez, e bem, um alargamento de espaço de estacionamento, embora pequeno, mas foi o possível. Deve-se retirar aquilo rapidamente porque não faz sentido, é proibido neste momento parar, não é estacionar. Concordo com aquilo que foi dito: “Que o estacionamento seja de duração limitada” precisamente para servir esses comerciantes que foram afetadas pela nova postura de trânsito. Uma outra nota tem a ver com aquelas caldeiras que foram instaladas na Avenida Ferreira de Castro. Eu julgo que devemos ter alguma atenção naquilo que nós fazemos em termos de intervenção na rede viária. As vias são destinadas a veículos, velocípedes e os passeios são destinados aos peões. Não faz sentido que nós obstruamos as vias com este tipo de apontamentos. Devemos planear as coisas devidamente para que as árvores fiquem no local certo. Outra situação, tem a ver com os pilaretes que foram colocados na sequência da postura de trânsito. À medida que a mudança for amadurecendo e a ficar consolidada junto das pessoas, junto dos automobilistas, perceber até ponto aqueles pilaretes podem ser substituídos por pequenas obras de arte, porque os pilaretes não são esteticamente agradáveis, não são coisas normais que nós vejamos nas áreas urbanas. Outra questão tem a ver com matérias relacionadas com o trânsito. Eu, a Gracinda, o Ricardo somos utilizadores diários, vimos de Cucujães para Oliveira de Azeméis, e com certeza

que eles concordarão que os acidentes na zona das Mangas são frequentes e alguns com alguma gravidade. Porquê? Porque normalmente resultam de um atravessamento da via quando há carros que estão a aceder ao IC2, mas que são tapados por quem está a voltar para a zona de S. João da Madeira. Nós temos já discutimos com as Infraestruturas de Portugal a criação de uma rotunda, há espaço, há condições para a fazermos, terá é que haver necessariamente orçamento e vontade política para que nós implementemos esta solução. Julgo que é unanimemente aceite que faria todo o sentido termos ali uma rotunda. Temos ali uma confluência de trânsito que é perigosa e deve ser das zonas com mais acidentes no concelho, neste momento. Senhor Presidente perguntar-lhe: Se tem conhecimento da intenção dos atuais inquilinos do Café do Lago em abandonar o espaço, o que nos pode levar à procura de uma nova solução. O que motivou a urgência, até ao nível de indemnização dos antigos proprietários em todo este processo, foi precisamente nós querermos aquela resposta a funcionar porque era importante para os visitantes do Parque. Uma outra nota: Há um conjunto de vias: Simões dos Reis, sede do PSD, Rua José Lima, perceber se os serviços já se deslocaram ao local para perceber o estado em que elas estão e se está prevista uma intervenção para breve. Em relação à Estalagem S. Miguel, discutimos aqui a possibilidade de alienação daquele espaço e entretanto equacionamos a possibilidade de fazer um concurso de ideias, despoletar uma solução para aquilo. Perceber se vamos discutir com alguma profundidade este assunto, se alguma coisa está a ser feita no sentido de procurarmos uma solução, para que não tenhamos aquele espaço com uma resposta pública adiada. No caso da alienação seria uma resposta privada. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que disse: Há uma imensidão de feitos desportivos, mas que me vou escusar a descrever porque acho que todos nós sabemos quais foram. Desde a primeira hora estivemos ao lado do projeto do CDC e a primeira atuação da Patinagem de Cucujães foi num Sarau organizado pela Câmara Municipal. Lembrome da vontade que eles tinham em se afirmar, em conseguir meios, apoios. O João Rebelo Martins, continua no seu meio a tentar afirmar-se e a fazer aquilo que ele gosta. Foi Campeão Nacional, ganhou a Baja de Portalegre. A Casa do Benfica tem uma nova modalidade: voleibol. Este é um projeto que a Câmara acarinhou desde a primeira hora, que tem como coordenador o sobejamente conhecido João Brenha medalha de bronze olímpico. É um projeto que vai dar muito trabalho porque em poucos meses 50 miúdas já demonstra bem o que vai acontecer a esta modalidade. Na natação, estamos a trabalhar em conjunto com a federação em outros projetos e na certificação da nossa escola que é muito importante. No âmbito da juventude, nós temos de ter muita atenção num trabalho muito premente. Temos de dar o estímulo, temos de lhes dar os instrumentos e depois eles fazem o caminho deles, começam a libertar-se, a organizar eventos e a propor constantemente iniciativas. No fim-de-semana de 29 de outubro aconteceu os “Percurso Sonoros”, um projeto bastante interessante em que seis bandas, duas delas locais, animaram muito o Centro Urbano. Terminou mais uma época da columbofilia nacional. Ocorreu no passado sábado a Gala Anual da Columbofilia Distrital onde foram entregues todos os prémios de todas as séries e de todos os escalões. Oliveira de Azeméis nas suas nove

coletividades teve resultados muito positivos. Tive um enorme prazer de estar em Fajões no almoço anual da Banda, uma Banda com 90 anos. Passem pela Loja do Turismo em Oliveira de Azeméis e comprem a “Sorriso” uma bonequinha que lá está e que vai ajudar certamente muitas crianças. É um projeto da Rita Alves que foi conhecido, que foi homenageado também por esse feito. Comprem lá uma bonequinha e deem um sorriso a quem precisa. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que fez a seguinte intervenção: Muito sinteticamente, questionar sobre o ponto de situação da auditoria ao Centro de Línguas e perceber o que é que está a entrar o processo. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que disse: Gostava de dar a conhecer que na passada sexta-feira celebrou-se o 30.º aniversário da fundação do jornal “A NOZ” com a abertura de uma exposição no salão da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo. Trata-se de um jornal que ao longo destes 30 anos de existência tem sido mantido e gerido por uma associação, o que é uma situação inédita no nosso Concelho e até na região, e que se mantém em atividade graças à generosidade de vários nogueirenses. É um registo que acaba por incorporar a história recente de Nogueira do Cravo e, para mim, é um fator de agregação e de união da própria Freguesia. Acaba por incentivar ao orgulho e ao bairrismo da própria comunidade, valorizando as gentes de Nogueira do Cravo e até da própria região. O jornal não se limita a informar as situações de Nogueira do Cravo mas sim do Concelho e da própria região. Merece o nosso reconhecimento e a nossa congratulação. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Peço ao Senhor Vice-Presidente o favor de enviar um email à Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, para prestarem esclarecimentos relativamente à questão do portão em Santiago, para ver se definitivamente resolvemos o problema. O Conselho Municipal de Educação reuniu, também houve uma reunião com o senhor vereador em Lisboa, no Ministério da Educação. Julgo que estamos em condições de poder agendar este assunto para a próxima reunião, porque os documentos já estão aprovados podendo ser aqui analisados e discutidos em sede de Executivo Municipal. Tomei boa nota da questão do acompanhamento e dos relatórios na questão arqueológica sobre as obras da Indaqua. Parece-me que a Indaqua é, normalmente, cuidadosa no cumprimento da legislação e, portanto, eu julgo que eles terão tido esse cuidado, quer cumprindo o PDM, quer cumprindo a legislação. Dizer que já se realizou a reunião com a Indaqua, a pedido dos senhores vereadores do Partido Socialista. Demorou algum tempo mas julgo que foi importante para esclarecer um conjunto de situações que precisavam de ser esclarecidas. Eu próprio tentei proporcionar um canal aberto entre o Senhor Vereador Helder Simões e o Senhor Presidente da Indaqua Azeméis, Eng.º Eduardo Marques. Quanto à questão que o Senhor Vereador colocou sobre a ERSUC, nós por diversas vezes temos contactado a ERSUC, quer via telefone quer por escrito, para algumas questões que consideramos mal executadas e também são muitas as queixas que recebemos sobre o serviço da ERSUC. Os ecopontos devem ser renovados com maior frequência. É preciso o Ecoponto estar quase a cair e às vezes já roto para eles fazerem essa substituição. Também já dissemos de que a recolha devia ser feita a horas diferentes daquelas que eles fazem, durante a madrugada. A

Vereadora Gracinda Leal falou de eventos e eu chamo a atenção para o evento de amanhã, «Concerto da Banda da Força Aérea», que é um excelente evento e merece naturalmente ter público. Quanto à intervenção do Vereador Joaquim Jorge, a Unidade Local de Saúde é uma opção do atual Governo, que já está a funcionar em alguns sítios e permite-nos perceber se as coisas melhoram ou não melhoram. O objetivo tem de ser para melhorar, evidentemente, não há dúvida nenhuma. Essa tem sido a nossa preocupação, da crescente e da permanente valorização do Hospital S. Miguel. Como diz o senhor vereador “nós temos de estar todos atentos”, porque estamos a falar da implementação da maior ULS do país. Estas coisas precisam de ser muito bem maturadas e muito bem pensadas e é o que vamos fazer. Quanto às sugestões do trânsito, elas são sempre bem-vindas. Nós temos tido a preocupação de ir ouvindo os comerciantes, mas como sabem o mês de outubro e de novembro são meses complicados para o comércio. A nossa preocupação é procurar encontrar as melhores soluções. Aquilo que eu tenho pedido é a máxima disponibilidade, quer dos serviços da Câmara, quer do senhor vice-presidente e eu próprio tenho manifestado essa disponibilidade, para ouvir as pessoas. O Eng.º Joaquim Jorge ainda agora acabou de dar aqui uma sugestão que vai naturalmente ser equacionada, já esteve em cima da mesa essa situação, até porque é uma proibição que é fortemente violada. Repito: o foco está na melhoria da mobilidade na questão da segurança e no melhoramento do comércio local, não há outro objetivo. A mesma coisa para a questão das ruas terem caldeira de árvores ou não terem caldeira de árvores, de ter árvores nos passeios, que tipo de árvores, que tipo de passeios, é uma discussão que está aberta. Procuramos fazer o melhor possível e evitar os impactos negativos quer aos peões, quer aos automobilistas. É verdade que abatemos algumas árvores, Mas também é verdade que plantamos muito mais, mas muito mais, muito acima do que aquilo que abatemos. Em relação aos pilaretes, são transitórios e poderá ser equacionada a sua substituição. Quanto á rotunda nas Mangas, nós fizemos o trabalho, já temos o parecer do Instituto de Estradas e acho que até ao final do ano vamos ter rotunda. Aliás, veio aqui à reunião de Câmara um estudo prévio. Ali naquela zona, estamos a procurar ultimar todos os esforços para resolver o estrangulamento no “Zé da Curva”. Estamos na fase final das negociações com os privados, a Junta de Freguesia tem estado muito presente no terreno. O que falou do “Café do Lago” não tinha conhecimento, tive conhecimento neste momento. Vou contatar a Junta de Freguesia ainda hoje mesmo relativamente a essa matéria, porque como sabe nós delegamos aqui essa questão na Junta de Freguesia. Para mim é essencial que o “Café do Lago” esteja a funcionar. Com quem? Já não é problema nosso, é da Junta. Quanto às vias de comunicação: Temos as empreitadas em curso. Sobre a questão da Estalagem S. Miguel: Foi uma decisão que nós tomamos aqui, o estudo está a ser feito, logo que haja conclusões virá a reunião de Câmara e nós teremos de decidir. Há um conjunto de situações que estão a ser estudadas, mas nós queremos que a Estalagem fique associada à fileira do turismo. Não temos é nenhuma solução. Queremos que seja uma infraestrutura importante e que volte a preencher um espaço na nossa região de excelência como sempre foi. Quanto à questão que o Vereador Helder Simões colocou sobre o Centro de Línguas, como sabe comprometemo-nos no apoio,

quer à Academia de Música, quer ao Centro de Línguas, sobre a componente social naquilo que é a parte da gestão financeira e do esforço financeiro para a prestação de um serviço de qualidade. Eu vejo vontade do Centro de Línguas, eles estão a fazer contactos para proceder em conformidade com aquela que foi a nossa vontade, julgo que isso vai acontecer a muito curto prazo, não vejo nenhum problema relativamente a essa matéria. =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** *Retirada.* =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **ACRDE – ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DE ESCAPÃES – CEDÊNCIA DO CINETEATRO CARACAS (I/70981/2016):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela ACRDE-ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA DESPORTIVA DE ESCAPÃES, com vista à realização de espetáculo de Teatro, dia 21/1/2017, às 21h30m, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro; Proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à ACRDE-ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA DESPORTIVA DE ESCAPÃES, ao abrigo designadamente do disposto no n.º2 do art.º 6º e n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo*

apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/71608/2016)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início no mês de novembro de 2016, em conformidade com o quadro abaixo:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º CFD
José Manuel Pereira Ramos	Ul	200 767 143	€ 40,00	4372
Manuel José Gomes da Silva	O. Azeméis	184 272 866	€ 55,00	4373
Aldina Conceição Pinho Silva	Cucujães	172 188 776	€ 80,00	4374
Rosa Maria Pereira Leite	O. Azeméis	178 026 255	€ 87,50	4375
Ana Lúcia de Sousa e Silva	S. M. Gândara	224 325 060	€ 60,00	4376
Joaquina Maria Tavares Ferreira Costa	O. Azeméis	191 926 299	€ 45,00	4377
Ricardo André Moreira de Oliveira	Cesar	237 997 258	€ 67,50	4378
Constantino Soares Moreira	Cesar	171 359 380	€ 125,00	4379
Bruno Filipe Pinho Ribeiro	S. Roque	226 472 477	€ 112,50	4380

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVACÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/71621/2016)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

Nome	Nº Contribuinte	Valor Apoio	V. Apoio da Renovação	Mês	N.º CFD
Sandra Maria Amaral dos Santos	209 445 467	€ 60	€ 45	outubro	492

<i>Silvio Tavares Loureiro</i>	<i>174 432 089</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 60</i>	<i>novembro</i>	<i>496</i>
<i>Maria de Fátima O. Ferreira Santos</i>	<i>188 004 211</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>novembro</i>	<i>416</i>
<i>António Almeida</i>	<i>104 036 460</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>€ 30</i>	<i>novembro</i>	<i>275</i>
<i>Maria José Almeida Tavares</i>	<i>193 920 980</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 60</i>	<i>novembro</i>	<i>441</i>
<i>Irene Nunes Oliveira</i>	<i>169 976 629</i>	<i>€ 60</i>	<i>€ 60</i>	<i>novembro</i>	<i>347</i>
<i>Maria Rosa Barbosa Pereira</i>	<i>142 074 454</i>	<i>€ 70</i>	<i>€ 70</i>	<i>novembro</i>	<i>459</i>
<i>Maria dos Reis Fonseca</i>	<i>172 737 761</i>	<i>€ 67,50</i>	<i>€ 67,50</i>	<i>novembro</i>	<i>423</i>
<i>Fernando Rodrigues Faria</i>	<i>147 331 463</i>	<i>€ 87,50</i>	<i>€ 87,50</i>	<i>novembro</i>	<i>329</i>
<i>Rosa Gomes da Costa</i>	<i>223 402 044</i>	<i>€ 70</i>	<i>€ 70</i>	<i>novembro</i>	<i>486</i>
<i>Maria Palmira da Silva</i>	<i>168 600 234</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>novembro</i>	<i>456</i>
<i>Álvaro Portal Santos Paiva</i>	<i>208 125 116</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>€ 52,50</i>	<i>novembro</i>	<i>245</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/71641/2016):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios: - Por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o referido apoio: Manuel António Ferreira Pinto Gama e Maria Saudade Brandão da Costa, com efeitos a partir do mês de novembro de 2016, por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o referido apoio; Por não cumprir os requisitos regulamentares para beneficiar do apoio: Manuel da Costa Almeida, com efeitos a partir do mês de novembro de 2016 e Isaque Marques da Silva Velhas, com efeitos a partir do mês de outubro de 2016, tendo sido em tempo providenciado o não pagamento do apoio respeitante a este mês.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **PRÉMIO DRA. LEONILDA AURORA DA SILVA MATOS – RATIFICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DO PRÉMIO (I/71970/2016):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Ao abrigo das Normas de Atribuição do Prémio Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos, instituído na I Edição “Azeméis é Social” 2011, foi, no passado dia 19 de outubro 2016, na LXV sessão plenária do CLASOA, integrada no programa comemorativo do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, entregue à entidade vencedora 2016, Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, o prémio, no montante de 5000€, troféu e respetivo certificado de participação/reconhecimento. Propõe-se: -A ratificação da atribuição do Prémio Dr.ª Leonilda Aurora da Silva Matos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **REGULAMENTO MUNICIPAL DA MEDIDA DE APOIO À FAMÍLIA E INCENTIVO À NATALIDADE – APROVAÇÃO (I/61873/2016):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Em reunião de Câmara de 5 de maio de 2016 foi aprovado dar início ao procedimento de criação do Regulamento Municipal da Medida de Apoio à Família e Incentivo à Natalidade; - Em reunião de Câmara de 2 de junho 2016 foi aprovado o respetivo projeto de regulamento o qual integrou os contributos recebidos; - O projeto de regulamento foi publicado no Boletim Municipal digital com o n.º631 para consulta pública, bem como afixado nos locais habituais e publicitado na pasta de documentos on-line “Regulamentos Municipais em discussão pública” para os devidos efeitos legais; - Não houve constituição de interessados nem quaisquer contributos ao projeto de regulamento apresentado; - Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à Assembleia Municipal os projetos de regulamento externos do município bem como aprovar os regulamentos internos (art.º 33.º n.º 1 alínea K) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e posteriores alterações); - Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município (art.º 25.º n.º 1 alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações). Propõe-se: - A aprovação do “Regulamento Municipal da Medida de Apoio à Família e Incentivo à Natalidade nos termos e para os efeitos de art.º 33.º n.º 1 alínea K) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - A remessa do mesmo para aprovação pela Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do art.º 25.º n.º 1 alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Após aprovação da Assembleia Municipal, a remessa do Regulamento para publicação em Diário da República, nos termos e para os efeitos do art.º 139.º do CPA”. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **I PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS 2016-2018 – RATIFICAÇÃO (I/71954/2016):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - No âmbito da atividade da Rede Social, na Sessão Plenária do CLASOA de 29 de janeiro do corrente ano, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Social Concelhio 2016-2018, o qual está estruturado em 5 áreas temáticas/Municípios, a saber: M Saudável, M Inclusivo, M Berço, M Maior, M Parceiro, com a apresentação das respetivas prioridades, objetivos e ações a levar a efeito ao longo desse período, em prol do desenvolvimento social concelhio e do combate à pobreza e à exclusão social; - Uma das prioridades inscritas no Município Inclusivo é Prevenir a Violência, através de ações de sensibilização, formação, criação de respostas de apoio, de forma a promover a igualdade de género e o combate às discriminações, sendo um dos objetivos a elaboração de um Plano Municipal de Combate à Violência; - Para o efeito, foi criado um grupo de trabalho composto por um conjunto de diversas entidades ligadas a esta problemática, que desde 15.06.2016 se reuniram para a*

concretização deste objetivo; - Do trabalho desenvolvido resultou o I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género de Oliveira de Azeméis 2016-2018, o qual pretende implementar estratégias e medidas de intervenção que contribuam para a prevenção e o combate da violência doméstica e de género, para a investigação do fenómeno no concelho, para a sensibilização e formação dos agentes envolvidos e da comunidade e para a intervenção e acompanhamento das vítimas e das pessoas agressoras. Pretende também implementar uma atuação integrada e em rede e intervir de forma mais eficaz otimizando os recursos existentes; - O documento foi construído tendo por referência o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017, apresentando 5 áreas estratégicas de intervenção: 1. Prevenir, sensibilizar e educar; 2. Proteger as vítimas e promover a sua integração; 3. Intervir junto de pessoas agressoras; 4. Formar e qualificar profissionais; 5. Investigar e monitorizar; - O Plano foi aprovado por unanimidade na Sessão Plenária do CLASOA, realizada no passado dia 19 de outubro, sessão temática e aberta à comunidade, integrada no programa comemorativo do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, pretendendo-se levar a efeito a sua apresentação pública no próximo dia 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres; Propõe-se: - A ratificação do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género de Oliveira de Azeméis 2016-2018 pela Câmara Municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROJETO DESAFIO GULBENKIAN “NÃO À DIABETES” – CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE LOCAL DE APOIO (I/72192/2016):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O empenho do Município de Oliveira de Azeméis na inclusão social, na promoção de atividades e projetos que contribuam para o desenvolvimento social, a nível local e nacional, privilegiando a linha da prevenção e promoção da qualidade de vida da população, a melhoria das condições de saúde e a maior opção por estilos de vida saudável, bem como, a dinamização de respostas adequadas às necessidades da comunidade; - Que a 20-11-2014 foi aprovado em Reunião de Câmara Municipal e a 28-11-2014, em Reunião de Assembleia Municipal, o protocolo de constituição da Comissão Municipal para a Promoção da Saúde, com o objetivo de elaborar e implementar o Plano Municipal de Promoção da Saúde 2015/2017; construir uma rede local de respostas integradas e complementares com parceiros públicos e privados e aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de prevenção; - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Que os Municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio da saúde, ação social e promoção do desenvolvimento [alínea g), h) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; - Que a Diabetes é, hoje, considerada pela Organização Mundial da Saúde como Pandemia do Séc. XXI, com previsões de poder atingir, nos próximos 20 anos, 20% da população mundial; - Que existem em Portugal

mais de 1 milhão de pessoas com diabetes e mais de 2 milhões com pré-diabetes; - Que o Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes” tem como principais objetivos o rastreio, prevenção, diagnóstico e identificação de possíveis novos casos de pré-diabéticos e diabéticos, acompanhando e controlando o desenvolvimento da doença e a educação da população no sentido da criação de hábitos mais saudáveis, com vista ao combate da Diabetes; - Que a ANMP assinou, a 7 de setembro de 2015, um Protocolo com a Fundação Calouste Gulbenkian no sentido de criar as condições para uma adequada divulgação do Projeto Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes” junto dos Municípios e, através destes, junto das populações; - Que a ANMP lançou o convite aos Municípios para aderir ao protocolo assinado com a Fundação Calouste Gulbenkian para o desenvolvimento de programas conjuntos entre os municípios, unidades de saúde, instituições locais, farmácias e empresas, enquadrados no Projeto Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes”; - Que o Município de Oliveira de Azeméis aderiu ao Protocolo a 12 de janeiro de 2016, tendo a Carta de Adesão sido aprovada em Reunião de Câmara Municipal a 17 de dezembro de 2015 e aprovada em Reunião de Assembleia Municipal a 19 de fevereiro de 2016; - Que com a adesão ao Projeto Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes”, o Município de Oliveira de Azeméis, no âmbito das suas competências, se comprometeu, entre outras responsabilidades, a elaborar a lista de empresas, IPSS e farmácias que possam ser usadas pelo Município como “porta de entrada” dos doentes no que respeita ao preenchimento dos questionários FINDRISK; interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuem para a promoção da saúde e prevenção da doença; Ao abrigo da alínea g), h) e m) do n.º 2 do art.º 23º e alínea r) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro (e posteriores alterações), propõe-se a constituição de uma Rede Local de apoio à operacionalização das ações previstas, ao nível municipal, enquadradas no Projeto Desafio Gulbenkian “Não à Diabetes”, sendo que as responsabilidades das entidades a integrar a Rede Local serão definidas através de “Cartas de Compromisso”, que especificarão as atribuições de cada entidade.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017 (I/71601/2016):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O processo de contratação de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2017, e que a entidade a adjudicar o mesmo será a Caixa Geral de Depósitos, conforme deliberado em reunião de Câmara de 12 de outubro de 2016. Proponho: - A aprovação da minuta do contrato de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2017, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/5978/2016 (I/71245/2016) – MANUEL LUÍS DA SILVA MARTINS – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE,** casado, residente na Avenida João Pinto Bessa, n.º 550, freguesia da Vila de Cucujães, deste município, na qualidade de cabeça de casal na herança aberta por óbito de seus pais Orlandina Oliveira e Silva e Manuel Correia Martins, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio rústico, cultura e pinhal, sito no lugar de Vila Nova, freguesia da Vila de Cucujães, deste município, com a área total de 8280 m², a confrontar de norte com Regato, de sul com Porfírio de Oliveira e Silva, de nascente com Caminho e de poente com Ana Maria Monteiro, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 583-A. A certidão destina-se à escritura de partilhas por óbito do mencionado casal, seus pais, e o dito prédio rústico será adjudicado, em comum e partes iguais, aos herdeiros Miguel Ângelo Rebelo Martins e Vítor Ângelo Rebelo Martins, ambos solteiros, maiores, residentes na Rua de Cavaleiros, n.º 216, freguesia de S. Tiago de Riba-Ul (União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, S. Tiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail), deste município. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/6070/2016 (I/72023/2016) – SÓNIA DEOLINDA MARQUES FERNANDES – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE,** residente na Rua Dr. António Maria Pereira Vilar, n.º 328, r/c, freguesia de Oliveira de Azeméis (União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, S. Tiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail), deste município, na qualidade de proprietária, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio rústico, sito no lugar de Clavel de Cima, freguesia de Travanca (União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, S. Tiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail), deste município, com a área total de 0,112000ha, a confrontar de norte com Herdeiros de António Ferreira Brandão, de sul com António Ferreira Brandão, de nascente com António Caetano da Silva e de poente com Adelino de Oliveira, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 1720. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/825/2015 – JOSÉ LUÍS BASTOS FERREIRA – PEDIDO DE ISENÇÃO/REDUÇÃO DE TAXAS URBANÍSTICAS – OPERAÇÃO URBANÍSTICA LOCALIZADA EM ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – APROVAÇÃO (I/71291/2016):** Retirado para melhor análise. =====

===== **PI/5664/2016 – ACÚSTICA MÉDICA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/69125/2016)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para ratificação do meu despacho, de 21/10/2016, que se transcreve: “Defere-se o pedido de autorização de ocupação do espaço público com unidade móvel de rastreio auditivo no dia 18 de novembro, das 9h às 18h, e com isenção do pagamento de taxas por se tratar de uma iniciativa de interesse público. Elabore-se proposta de ratificação desta minha decisão de isenção, na próxima reunião de câmara.”” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **PROC. 101/16: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS A GRANEL – GASÓLEO RODOVIÁRIO E GASOLINA SEM CHUMBO 95 (I/72111/2016)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1.º A não adjudicação do Concurso Público - Proc. 38/16: “Aquisição de Combustíveis a Granel – Gasóleo Rodoviário e Gasolina sem chumbo 95” por motivo de exclusão da totalidade das propostas recebidas no âmbito daquele procedimento; 2.º Que, relativamente ao procedimento anteriormente referido (Proc. 38/169, havia sido concedida autorização prévia do Órgão Deliberativo, para o compromisso plurianual e repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores (estimados) referenciados na Proposta de Deliberação com a referência I/26209/2016, submetida e aprovada em sede de reunião do Órgão Executivo de 21/04/2016 e sessão da Assembleia Municipal de 29/04/2016; 3.º A manutenção da necessidade de aquisição de combustíveis – gasóleo simples e gasolina sem chumbo 95, para abastecimento da frota municipal e para fazer face aos protocolos estabelecidos; 4.º Que, para o novo procedimento a desenvolver, os valores (estimativos) terão de sofrer alteração (no sentido de aumento) por motivo da subida dos valores de mercado dos bens em causa – gasóleo e gasolina s/ chumbo 95, fazendo com que o Preço Base do procedimento aumente, e, conseqüentemente, sejam ultrapassados os valores então autorizados/aprovados através da deliberação datada de 21 e 29/04/2016 pelo órgão executivo e deliberativo, respetivamente (I/26209/2016); 5.º A PAQ N.º 159/16, com referência I/71987/2016, com despacho por mim proferido em 07 de novembro de 2016, que refere a necessidade de abertura de um novo procedimento para “Aquisição de Combustíveis a Granel – Gasóleo Rodoviário e Gasolina sem chumbo 95” 6.º Que o valor total estimado deste fornecimento é de € 674.976,00 (seiscentos e setenta e quatro mil, novecentos e setenta e seis euros), para um período de vigência (estimado) de 36 (trinta e seis) meses, sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2017 prevê-se uma verba de € 206.242,63 (duzentos e seis mil, duzentos e quarenta e dois euros e sessenta e três cêntimos), para o ano de 2018 prevê se uma verba de € 224.991,96 (duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e um euros e noventa e seis cêntimos), para o ano de

2019 prevê-se uma verba de € 224.991,96 (duzentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e um euros e noventa e seis cêntimos) e, para o ano de 2020, prevê-se uma verba de € 18.749,45 (dezoito mil, setecentos e quarenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor. 7.º Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1.º, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de € 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração; 8.º Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do C.C.P.) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do C.C.P., propõe-se a adoção de um concurso público. Deste modo, propõe-se ao Órgão Executivo: a) nos termos da alínea c), do n.º 1 do art.º 6.º, conjugado com a alínea b) do art.º 3.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, submeta à autorização prévia do Órgão Deliberativo, o referido compromisso plurianual, de acordo com os valores (estimados) acima indicados, podendo ocorrer variações de acréscimo e/ou de redução nos valores a pagar em cada ano económico em função do início da vigência do procedimento, das necessidades do serviço requisitante e das condições de pagamento propostas, o que implicará os ajustamentos respetivos nos compromissos de fundo disponível em cada momento, sem que ultrapasse o limite total máximo previsto do encargo plurianual; b) submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12h, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====